

14 milhões do QREN para saneamento em Santarém



Esta operação compreende a construção/ampliação dos sistemas de oito freguesias do concelho de Santarém, construindo ou remodelando estações de tratamento de águas residuais (ETAR) e dotando os novos aglomerados de uma rede de colectores e emissários até às respectivas ETAR, bem como a construção de diversas estações elevatórias. A construção/ampliação desta 2ª fase representa um aumento da cobertura do serviço de saneamento de águas residuais de 16 por cento, que abrange cerca de 10.428 habitantes.

Com a realização deste investimento a Águas de Santarém, em 2013, ultrapassa os objectivos do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II), servindo 92 por cento da população de Santarém com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, os quais representam um acréscimo de 24 por cento, face aos actuais 68 por cento, de cobertura do serviço.

No conjunto das candidaturas aprovadas, no âmbito do QREN 2007-2013, a Águas de Santarém totaliza uma atribuição de mais de 22 milhões de euros do Fundo de Coesão até 2013, correspondentes a um investimento de mais de 40 milhões de euros em infra-estruturas de saneamento e respectivos ramais domiciliários.

Para a contrapartida nacional, a Empresa das Águas de Santarém tem também já garantido o seu financiamento.

“DESINFECÇÃO E QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO EM PORTUGAL”

POSIÇÃO DA APDA



Nos passados dias 1, 2 e 3 de Outubro foi divulgado pela estação de televisão SIC (em diversos serviços noticiosos e no programa “Grande Reportagem”, com o título “Desta Água Beberei?”) e pelo jornal Expresso, um “estudo”, elaborado com a colaboração da organização ambientalista Quercus, versando a situação da qualidade da água para consumo humano em Portugal.

O referido “estudo” SIC/Expresso/Quercus surgiu na sequência da apresentação pública, no passado dia 30 de Setembro, do relatório anual da ERSAR sobre o “Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano” em Portugal referente a 2009.

A Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) – entidade não-governamental que representa e defende os interesses das entidades responsáveis pelos sistemas públicos de águas de abastecimento e de águas residuais e demais agentes a operar neste domínio em Portugal – vem por esta forma afirmar que se revê na posição veiculada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), contestando o referido “estudo”, e reitera que a qualidade da água para consumo humano em Portugal continua a melhorar de forma consistente, com os resultados a revelarem uma percentagem de água controlada e de boa qualidade na torneira do consumidor de 98%. Água segura, portanto, garantida por programas de controlo operacional e legal da qualidade da água produzida e distribuída, cujas análises são realizadas por laboratórios acreditados em metodologias e técnicas aplicadas para as determinações dos principais parâmetros.

Nas 700.000 análises realizadas em 2009, apenas em cerca de 2% dos casos se verificaram incumprimentos dos valores paramétricos legalmente exigíveis, atestando o grau de cumprimento da legislação em vigor e desmentindo as afirmações do referido “estudo”.

O referido “estudo” contribui para transmitir uma ideia geral errada do estado da qualidade da água para consumo humano no nosso País, criando dúvidas e abalando a confiança que os consumidores depositam neste serviço público essencial e não respeita o trabalho desenvolvido nas Entidades Gestoras de abastecimento de água por milhares de profissionais que, aos vários níveis, diariamente garantem a qualidade da água que chega às torneiras dos consumidores.

A APDA questiona a credibilidade técnica e a significância estatística do “estudo” SIC/Expresso/Quercus, apontando-lhe as debilidades de se basear na análise de um único parâmetro (o cloro residual – para o qual apenas existem valores limite recomendados), o reduzido número de medições, o carácter pontual e temporalmente localizado das análises efectuadas, a concentração destas em locais potencialmente mais problemáticos, e a própria fiabilidade dos equipamentos portáteis utilizados para efectuar as medições.

Não deixando de admitir a existência, ainda, de problemas pontuais no que concerne à qualidade da água, sobretudo em Entidades Gestoras onde se registam maiores carências a nível humano, técnico e financeiro, a APDA pretende reforçar que a água para consumo humano disponibilizada nas torneiras dos consumidores em Portugal, é de boa qualidade e deve merecer a sua confiança.

O Conselho Directivo da APDA